

1 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE  
2 ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA  
3 1991/1995  
4  
5  
6

7 Nos dias trinta e um de agosto e primeiro de setembro de um mil novecentos e noventa e quatro, realizou-se a  
8 Trigésima Nona Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde do período de um mil novecentos e noventa e um  
9 a um mil novecentos e noventa e cinco. O Coordenador-Geral, **Dr. Nelson de Carvalho Seixas**, fez a abertura da  
10 reunião comunicando as mudanças ocorridas na pauta da reunião e a disponibilidade de material para consulta  
11 constante nas pastas distribuídas a cada Conselheiro. Em seguida o Dr. Nelson passou para os informes: 1- Ofício do  
12 Deputado Estadual da Bahia, Colbert Martins Filho, encaminhando denúncias efetuadas pelo Conselho Municipal de  
13 Saúde de Tapiramatá, referente ao Hospital Maternidade São Bernardo Ltda; 2- Carta do Presidente do Sindicato dos  
14 Terapeutas do Estado de São Paulo, solicitando sua inclusão como membro da Comissão Técnica de Integração  
15 Terapêutica; 3- Programa do I Encontro Estadual de Conselheiros de Saúde do Rio Grande do Norte, dias 15 e  
16 16/09/94, e solicitação de que seja indicado um conselheiro deste CNS, para participar de mesa redonda; 4- Ofício do  
17 Conselho Federal de Biologia - solicitando que o CNS estabeleça formalmente a validade dos critérios criados pela  
18 CT/APAS, como rotina dos projetos de novos cursos; 5- Ofício do Conselho Federal de Biologia, solicitando que o  
19 CNS não reabra a discussão sobre a Resolução nº 38/CNS; 6 - Processo encaminhando proposta de alteração da  
20 normatização vigente da Portaria MS nº 1050/90, que estabelece a obrigatoriedade da advertência sobre o tabagismo;  
21 7- Ofício do Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo contra abertura de novos cursos na área; 8-  
22 Ofício do Conselho Estadual de Educação, solicitando o processo de abertura do Curso de Medicina Veterinária -  
23 Universidade Estadual de Santa Cruz, tendo em vista que, o CES/BA já publicou parecer no Diário Oficial do Estado.  
24 (o CNS ainda não se pronunciou); 9- Ofício da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, solicitando  
25 a abertura do Curso de Odontologia; anexo documentos de apoio; 10- Ofício do Sindicato dos Servidores da  
26 Secretaria de Saúde do Pará, encaminhando cópia de ofício enviado ao Conselho Estadual/PA, referente à situação  
27 do Conselho Municipal de Saúde de Altamira; 11- Boletim Informativo/ASPAR/MS - notícias alusivas à saúde junto  
28 ao Congresso Nacional; 12- Ofício da Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Paraná informando contratação  
29 ilícita de Agentes Comunitários de Saúde, feita através de entidades não governamentais, porém com recursos do  
30 Estado; 13- Ofícios solicitando a este CNS que se posicione contrário à abertura de Cursos de Psicologia; 14- Ofício  
31 da Associação de Ensino de Campo Grande, solicitando que seja adiada a visita do Conselheiro Ernani Aboim à  
32 instituição, em função de viagem do Diretor Geral; 15- Ofício do Secretário de Vigilância Sanitária, comunicando a  
33 impossibilidade de indicar membro participante da Comissão Intersetorial de Vigilância Sanitária e  
34 Farmacoepidemiologia; 16- Carta propondo incluir no currículo escolar de 5<sup>a</sup> à 6<sup>a</sup> ou 7<sup>a</sup> série do 1<sup>º</sup> grau, matéria  
35 sobre: AIDS, drogas lícitas e ilícitas, sexo e relacionamento humano; 17- Correspondência da Central Única de  
36 Movimentos Populares e Comunitários, solicitando providências quanto a ilegalidades cometidas pelo Governador  
37 Osvaldo Piana Filho/Rondônia; 18- Ofício da DATASUS/FNS, encaminhando 02 volumes da publicação " Diretório  
38 de Base de Dados de Interesse da Saúde". Terminado os informes passou-se à leitura da Ata da Quinta Reunião  
39 Extraordinária e da Trigésima Oitava Reunião Ordinária. A primeira foi aprovada na íntegra, a segunda foi aprovada  
40 com algumas modificações. O Conselheiro **Ivan de Moura Fé** solicitou a inclusão do seu nome na ata, tendo em  
41 vista que esteve presente na reunião. A Conselheira **Rosemary** solicitou alterações nas linhas 34 e 96, ficando a  
42 linha 34 e seguintes com esta redação: "A Conselheira Rosemary dirigiu a palavra ao Sr. Ministro da Saúde,  
43 lamentando que o Secretário do Tesouro Nacional discordou de um acordo firmado entre vários prestadores de  
44 serviços de saúde, o MS e o próprio Ministério da Fazenda, para se garantir um plano de estabilização econômica,  
45 em consequência do que os hospitais atenderão somente as urgências/emergências. Indagou a Conselheira ao Sr.  
46 Ministro se em tudo isso não haveria um interesse implícito em se reduzir o atendimento e privatizar a saúde". A  
47 linha 96 e seguintes, terão a redação a seguir: "Argumentou a Conselheira Rosemary que solicitou informações sobre  
48 a situação da epidemia, já que está fora de controle bem como, o levantamento estatístico do ano de 1994". Segundo  
49 as discussões, o Conselheiro **Antonio Mendes Pereira** solicitou a correção de seu nome na linha 255. De posse da  
50 palavra, o Conselheiro **Jocélio** expôs ao Plenário sua participação no I Encontro Nacional dos Conselheiros de Saúde  
51 em Recife/PE. Informou que foi programado para abril de 1995, um outro encontro de Conselheiros, razão porque  
52 solicitou uma reunião neste Conselho, em outubro, que seria coordenada por ele, a fim de discutir a implementação  
53 da municipalização. A Conselheira **Rosemary** solicitou a retirada da pauta do Programa do Sangue e Hemoderivados  
54 e que o mesmo retornasse na pauta da próxima reunião dado o informe que o senhor Dalton Chamon não estava  
55 presente. O Conselheiro **Aboim** informou ao Plenário a realização do Congresso Médico no Ceará do qual resultou  
56 uma carta a cerca da questão do orçamento da saúde para 94. Sugeriu uma análise crítica com sugestões de  
57 aprimoramento para a mesma, pelo Conselho. A Conselheira **Zilda Arns** manifestou-se fazendo comentários a  
58 respeito do Plano de Ação Emergencial para redução da mortalidade infantil, Programa de Distribuição de  
59 Medicamentos Básicos e o Programa de Aleitamento Materno. Ressaltou que o Projeto da Pastoral da Criança  
60 abrange a maioria dos municípios e conta com o apoio da UNICEF, OPAS, e solicitou o apoio também do CNS. O  
61 Coordenador pediu ao Plenário que um conselheiro analisasse o plano, solicitou a Conselheira **Zilda** e ao Conselheiro  
62 **Jocélio** que redigissem Moção de Apoio ao documento para ser submetida à aprovação do Conselho. Dando  
63 seguimento a sua explanação, a Conselheira **Zilda** solicitou que fizesse constar em ata que, assim como foi  
64 incorporado no orçamento o programa do DIU, fosse também incorporado o programa de medicamentos básicos

65 necessários para o combate à mortalidade infantil. Salientou que o sistema de informação da Materno-Infantil  
66 pretende ser implantado no país inteiro e que em outubro seja colocado em pauta para discussão. Acrescentou, que  
67 apesar de serem aplicados 75% das UCAS e AIHS para o Programa Materno-Infantil, ainda não se tem uma  
68 assistência adequada. O Conselheiro **Santini** pediu a palavra e abordou a situação dos usuários em sua cidade, que  
69 estão sendo prejudicados e ameaçados quando são assistidos em cirurgias praticadas pelo SUS que necessitam de  
70 anestesistas, ao tempo em que, solicitou que a Sociedade Brasileira de Anestesiologia fosse convidada para participar  
71 de uma reunião neste Conselho, onde seriam debatidos os problemas enfrentados por esses profissionais. O  
72 Conselheiro **Komora** solicitou que constasse em ata, a situação vivenciada pelos Agentes Comunitários de Saúde,  
73 contratados pela Fundação Nacional de Saúde e sugeriu a realização de concurso público federal como forma de  
74 serem efetivados esses profissionais em seus cargos. O Conselheiro **Komora** demonstrou ainda preocupação com o  
75 Decreto assinado pelo Presidente da República, que autoriza o repasse de verbas Fundo a Fundo para os Municípios,  
76 tendo em vista que as Secretarias Municipais de Saúde não estariam estruturadas para cumprir o plano do repasse;  
77 falou também sobre a interiorização e que grande parte do pagamento dos médicos ainda é feito pelo Código 07. O  
78 Conselheiro **Aboim** argumentou que concorda com o repasse Fundo a Fundo, desde que exista controle desses  
79 repasses para os Municípios. Sugeriu o Plenário que os Conselheiros **Aboim, Jocélio, Komora e Seixas** analisassem  
80 o assunto e apresentassem uma proposta de Resolução, que deveria ser submetida à votação. Quanto à questão dos  
81 Agentes de Saúde, o Conselheiro **Seixas** falou que esta teria que ser definida no âmbito municipal, a realização de  
82 concurso a nível Federal ou Estadual não seria apropriada. A Conselheira **Zilda** solicitou à mesa que o CNS  
83 providenciasse a Resolução 25/91, sobre o assunto, para subsidiar a situação enfocada. Encerradas as discussões  
84 partiu-se para a apresentação do **item 01** da pauta - **QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS**. O Dr. **Elias Jorge**, Assessor  
85 Técnico do Conselho Nacional de Saúde, apresentou ao Plenário os últimos informes sobre o orçamento para a saúde.  
86 Em seguida, passou à explicação dos documentos oriundos do Banco Central e que diziam respeito ao orçamento da  
87 saúde. Devido sua complexidade, foi sugerido pelo expositor, que o Conselho acompanhasse permanentemente o  
88 processo orçamentário. O Conselheiro **Amorim** informou sua presença na 5ª Jornada Brasileira de Ostomizados,  
89 ocorrida em Belo Horizonte. O Conselheiro **Armando Raggio** demonstrou preocupação em relação ao orçamento  
90 para o Ministério da Saúde, dizendo que o CONASEMS obteve do Ministro Santillo a informação do repasse de 580  
91 milhões de Reais para o Ministério da Saúde, sendo retirados 100 para pagamentos internos do Ministério e 100 para  
92 pagamento de Estados e Municípios. O Conselheiro comunicou ao Plenário que às 17 horas teria reunião com o  
93 Ministro Beni Veras e que alguns Conselheiros poderiam acompanhá-lo. O Conselheiro **Jocélio** falou da inexistência  
94 da aprovação do orçamento para 1994 e salientou que em 1992 houve um grande impacto na saúde pelo mesmo  
95 motivo. O Dr. **Elias Jorge** comunicou ao Plenário a aprovação de uma Moção do Conselho Nacional de Seguridade  
96 Social sobre o orçamento de 1994, de 15 bilhões de dólares e, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1995 havia  
97 sido aprovada. O Conselheiro **Amorim** disse que existe a perspectiva do Presidente da República receber  
98 representantes do CNS no Rio de Janeiro, e que questões objetivas deveriam ser levadas, com o intuito de resolver o  
99 problema do orçamento para 1994. **Item 02 - GERENCIAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE** - O Tema foi  
100 apresentado pelos médicos Tito Neri, Presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, e Francisco Gallotti Diretor  
101 do mesmo Sindicato e conselheiro do Conselho Municipal de Saúde - SP. O Dr. **Tito Neri** falou a respeito do plano  
102 de gerenciamento do Hospital de Campo Limpo, pela Associação Paulista de Medicina. Ressaltou a qualidade da  
103 saúde no município, o que levou a uma média de 10 médicos pedirem demissão por semana na Prefeitura Municipal,  
104 dada as condições precárias de trabalho e a questão salarial. O Conselheiro **Jocélio** propôs que se elaborasse uma  
105 Resolução. **Item 03 - COMISSÕES INTERSETORIAIS E TÉCNICAS** - Iniciou com a votação da Recomendação  
106 CT/APAS nº 42/94, aprovada por unanimidade pelo Plenário. O Ofício nº 002/94 da CT/APAS foi apresentado ao  
107 Plenário. O Conselheiro **Arlindo** manifestou-se favoravelmente argumentando que a CT/APAS e a Comissão  
108 Intersetorial de Ciência e Tecnologia - CICT deveriam ser responsáveis pelas análises dos processos referentes à  
109 autorização de Cursos de Saúde e de credenciamento de Centros de Pesquisa e que o Conselho só acompanhasse essa  
110 análise quando fosse solicitado; posteriormente eles seriam submetidos ao Plenário do CNS. A análise da  
111 Recomendação nº 03/94, da Comissão de Usuários, foi adiada, devendo constar da pauta de outubro. A  
112 Recomendação nº 04/94 dessa Comissão, foi aprovada pelo Plenário, com proposta de encaminhamento de ofício à  
113 Secretaria Executiva do MS, juntamente com um estudo do impacto financeiro, realizado pela equipe do CNS frente  
114 às medidas propostas na Recomendação. Aprovada a Moção nº 14, da Comissão Intersetorial da Saúde do Índio, a  
115 qual manifesta sua preocupação com a falta de controle da malária nas áreas indígenas da Amazônia Brasileira, e  
116 recomenda ao Conselho que faça gestões junto ao Ministério da Saúde. Aprovada a Moção nº 15, da mesma  
117 Comissão, que trata da prevalência de Doenças Sexualmente Transmissíveis entre os povos indígenas em área de  
118 conflito e recomenda ao Conselho que reitere a solicitação feita ao Ministro da Saúde de apoiar o inquérito  
119 epidemiológico e programas de controle dessas endemias. O Conselheiro **Armando Raggio** sugeriu que além do MS,  
120 a FNS, FIOCRUZ, as Universidades do Amazonas e Pará, e o Instituto Goeldi, também se engajassem nessa questão.  
121 A Moção nº 16 foi aprovada por unanimidade, e visa o incremento de ações de retirada de invasores da área  
122 Yanomami em prol da melhoria da qualidade de vida daquele povo, devendo ser encaminhada ao Ministro da Justiça.  
123 A Recomendação da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, solicitou informações relativas à reformulação  
124 da legislação sobre "Acidente de Trabalho", que está sendo promovida pelo Ministério da Previdência Social, foi  
125 acolhida, devendo a Coordenação contactar com o Dr. Ricardo Akel para providenciar a integração da Comissão ao

126 Grupo de Trabalho daquele Ministério. O Conselheiro **Jocélio** cobrou a publicação de duas portarias, uma sobre a  
 127 aprovação do Regimento Interno da Mesa de Negociação e a outra sobre a redistribuição de servidores do INAMPS.  
 128 **Item 05 - EPIDEMIOLOGIA DA HANSENÍASE - PLANEJAMENTO DE ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE**  
 129 **NO BRASIL** - O Coordenador de Dermatologia Sanitária/CENEPI/FNS, Dr. Gerson Fernando Mendes, apresentou  
 130 um histórico sobre o desenvolvimento da hanseníase no país e expôs o compromisso de eliminação da doença até o  
 131 ano 2.000. Registrhou a importância de se fazer um diagnóstico precoce da doença, e que cada Estado deveria propor  
 132 soluções para sua erradicação. Ressaltou pontos importantes, tais como: sistema eficaz de informações, capacitação  
 133 de pessoal, tratamento à base de poliquimioterapia, e campanha de divulgação. Encerrada a fala do expositor, o  
 134 Conselheiro **Artur** apresentou minuta de Resolução, propondo a manutenção da priorização técnico-político-  
 135 financeiro destinada ao Programa de Controle e Eliminação da Hanseníase, a priorização do agravo dentre as  
 136 campanhas de permanente divulgação pelo MS, a criação de uma Comissão Intersetorial, com acompanhamento do  
 137 CNS. Levada ao Plenário para votação, a mesma foi aprovada. **Item 04 - CREDENCIAMENTO DE CENTROS**  
 138 **DE PESQUISA** - O Tema foi abordado pelos Conselheiros **Aboim** e **Amorim**. Iniciaram apreciando parecer  
 139 favorável sobre o credenciamento da Disciplina de Cirurgia do Aparelho Digestivo do Hospital das Clínicas da  
 140 Universidade de São Paulo-SP. Em seguida, foi feita a leitura do parecer favorável ao credenciamento do Serviço de  
 141 Gastroenterologia, de Nutrição e Cirurgia - Geral do Aparelho Digestivo do Hospital das Clinicas da Universidade  
 142 Federal de Minas Gerais. Submetidos à votação do Plenário ambos os pareceres foram aprovados. Passou-se ao **Item**  
 143 **06 - APRECIAÇÃO DO PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA** - O tema tem por objetivo a melhoria da  
 144 distribuição de renda e o combate direto ao problema da pobreza. O Conselheiro **Jocélio** apresentou proposta de  
 145 Resolução, que foi submetida ao plenário, sendo aprovada. Ainda no âmbito das discussões do item 06, o Conselheiro  
 146 **Newton** encaminhou à mesa, minuta de Convênio Padrão para Hospitais Universitários, com proposta de  
 147 encaminhamento do referido Convênio aos gestores do SUS. O Conselheiro **Sabino** apresentou proposta de Moção de  
 148 Apoio ao Ministro da Saúde pelo pedido de intervenção na área da saúde no Estado de Alagoas. O plenário votou  
 149 favorável à proposta do Conselheiro. **Item 07 - COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS** - A Conselheira  
 150 **Rosemary** achou absurdo a transferência da Conferência de Vigilância Sanitária sem data certa e solicitou que se  
 151 explicasse o porquê dessa atitude. O Conselheiro **Omilton** pediu a palavra e comunicou que a comercialização de  
 152 Medicamentos seria tema da Oficina de Trabalho, e que o mesmo entraria na pauta da próxima reunião do CNS. **Item**  
 153 **09 - RESOLUÇÕES CFM RELATIVAS À SAÚDE MENTAL** - A abordagem do tema foi feita pelo Conselheiro  
 154 **Ivan de Moura Fé**, que iniciou a discussão apresentando ao plenário as Resoluções nº 1407 e 1408, as quais norteiam  
 155 princípios básicos e éticos para à assistência à saúde mental. Os conselheiros **Seixas** e **Rosemary** apoiaram a  
 156 iniciativa, devendo ser enfatizadas nas faculdades da área de Saúde, propondo-se Resolução, solicitando ao  
 157 Ministério da Saúde a divulgação e adoção das medidas contidas nesses documentos. A citada Resolução foi  
 158 apresentada ao plenário para votação e aprovada por unanimidade. O Conselheiro **Armando Raggio** apresentou à  
 159 mesa documento oriundo do CONASS E CONASEMS, sobre o manifesto feito ao Presidente da República pleiteando  
 160 o repasse de 600 milhões de reais. Houve discussões acaloradas entre os representantes do CONASS e  
 161 CONASEMS. O Plenário aprovou a proposta de apoio ao documento mencionado. **Item 8 - PEDIDO DE**  
 162 **REANÁLISE DA DECISÃO REFERENTE AO CURSO DE ODONTOLOGIA DA FUNORTE** - O Conselheiro  
 163 **Swedenberger**, relator do parecer que indeferiu o curso, abordou em sua fala a inexistência da necessidade social,  
 164 com a falta de mercado de trabalho, que justifique a abertura do curso de Odontologia. Sugeriu que a decisão do  
 165 parecer do Conselheiro Amorim fosse sustada e que ficasse prevalecendo o da não aprovação do curso de Montes  
 166 Claros e pediu que constasse em ata sua proposta. O Conselheiro **Amorim** justificou que deu parecer favorável à  
 167 abertura do curso, respaldado em pesquisas criteriosas, e assegurou que entidades e autoridades locais têm interesse  
 168 na abertura do referido curso. No meio das discussões, o Conselheiro **Ivan de Moura Fé** sugeriu que se voltasse a  
 169 falar sobre o pedido de reconsideração do Conselheiro Swedenberger, no período da tarde. Reiniciado os trabalhos às  
 170 14:00 horas, o Coordenador Geral após leitura do Regimento Interno, solicitou que o conselheiro mais idoso  
 171 presidissem os trabalhos, tendo em vista a ausência do Secretário Executivo e do Ministro para coordenar os trabalhos,  
 172 em seguida retirou-se do Plenário por não sentir-se bem. O Conselheiro **Justino** coordenou a votação do pedido de  
 173 reconsideração, que resultou no empate de 07 votos favoráveis, 07 contrários e 03 abstenções. O Conselheiro  
 174 **Omilton** pediu que fosse consignado em ata que não aceitaria a anulação da votação ficando decidido pela mesa e  
 175 pelo Plenário que se aguardasse o comparecimento do senhor Ministro da Saúde ou do Secretário Executivo para dar  
 176 seu voto, que seria de desempate, ou até ficasse para desempatar na próxima reunião com a presença de um deles.  
 177 **Item 10 - CONCLUSÕES DA COMISSÃO CFE/CNS** - A Conselheira **Albaneide** justificou a  
 178 impossibilidade de discutir o assunto uma vez que não houve reunião da Comissão, para que se estabelecesse critérios  
 179 para abertura de novos cursos na área da Saúde. A **Dra. Albanita**, representante da CICT, trouxe ao Plenário  
 180 proposta de Resolução referente a Pesquisas na Área da Saúde conduzidas do Exterior, que foi aprovada, com a  
 181 emenda apresentada pelo Conselheiro Newton: "de acordo com a Declaração de Helsinque". Os **Itens 11 e 12** foram  
 182 transferidos para pauta da Quadragésima Reunião Ordinária. **Item 13 - APRECIAÇÃO DE PEDIDOS DE**  
 183 **ABERTURA DE CURSOS SUPERIORES DA ÁREA DA SAÚDE** - A Conselheira **Ana Maria** apresentou parecer  
 184 contrário à abertura do curso de Educação Física da Associação Sergipana de Administração - Faculdades Integradas  
 185 Tiradentes, salientando que justificou seu parecer contrário à inexistência de necessidade social. O Plenário votou  
 186 favoravelmente ao parecer da relatora, indeferindo o curso. Quanto ao curso de Fisioterapia da mesma associação, a

187 Conselheira apresentou parecer favorável à sua abertura, condicionando, entretanto à redução de vagas, de 80 para  
188 40, uma vez que estas atendem às necessidades sociais do Estado. Submetido à votação, o Plenário foi favorável ao  
189 parecer. O Conselheiro **Newton** apresentou parecer favorável sobre a abertura do curso de Fisioterapia da  
190 Universidade do Estado de Santa Catarina - SC, sendo aprovado pelo Plenário. O Conselheiro **Jocélio** apresentou o  
191 pedido de reconsideração do curso de Educação Física da Organização Educacional de Ribeirão Pires/SP. O  
192 Conselheiro concordou com o parecer anterior do Conselheiro Omilton. Submetido ao Plenário, este aprovou o  
193 parecer, deferindo o curso. Quanto aos cursos de Fisioterapia e Farmácia e Bioquímica da Sociedade Educacional  
194 Vila Mariana/SP, o Conselheiro apresentou pareceres contrários à abertura de ambos, que submetidos ao Plenário,  
195 foram aprovados, indeferindo-se os cursos em questão. Pedido de vistas do curso de Psicologia - Associação  
196 Educativa Evangélica - GO, o Conselheiro **Jocélio** ofereceu parecer contrário, que, submetido ao Plenário, foi  
197 aprovado, sendo indeferido o pedido. Curso de Fisioterapia e de Psicologia - Universidade Salgado de Oliveira -  
198 Niterói, com parecer favorável, condicionando a abertura do curso de Fisioterapia à redução de 60 (sessenta) vagas e  
199 contrário ao do curso de Psicologia, ambos foram aprovados pelo Plenário. A Conselheira **Albaneide**, em relação ao  
200 curso de Naturopatia Aplicada - da Fundação de Educação e Cultura Espírita Paraná - Santa Catarina/PR, em face a  
201 natureza da matéria, disse que deveria ser encaminhado preliminarmente à Comissão de Integração Terapêutica e  
202 CT/APAS. Pedido de vistas - curso de Alimentação e Nutrição - Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de  
203 Adamantina - SP, com parecer contrário à sua abertura, sendo aprovado pelo Plenário, indeferindo o pedido.  
204 Finalizando a reunião, o Conselheiro **Justino** pediu sugestões para a pauta da próxima reunião ordinária, sendo  
205 indicados os temas: Discussão com os representantes dos anestesistas; proposta de Resolução sobre critérios de  
206 abertura de novos cursos da área da Saúde, programas Médico da Família, do Sangue, do Controle da Malária, da  
207 Materno-Infantil e dos Agentes Comunitários de Saúde, modalidades de gestões jurídicas do SUS e propostas da  
208 Comissão de Revisão do CNS. O Coordenador Geral deu por encerrada a reunião. Estiveram presentes os  
209 conselheiros: **Ana Maria Lima Barbosa, Antônio Mendes Pereira, Antonio Sabino dos Santos, Arlindo Fábio**  
210 **Gómez de Sousa, Armando Martinho Bardou Raggio, Artur Custódio Moreira de Sousa, Augusto Alves de**  
211 **Amorim, Carlos Komora Vieira, Danilo Lins Cordeiro Campos, Edmundo Juarez, Ernani Vitorino Aboim**  
212 **Silva, Francisco Ubiratam Dellape, Ivan de Moura Fé, Jocélio Henrique Drummond, José Carlos Seixas, José**  
213 **Justino Alves Pereira, Juan Vicente Santini, Laura Regina M. da Fonseca Lemos Duarte, Omilton Visconde,**  
214 **Rosemary Lumena Berol da Costa, Swedenberger do Nascimento Barbosa, Zilda Arns Neumann**, e os  
215 suplentes: **Albaneide Maria Lima Peixinho, Gilson Calemann, Marilza Sales Braga, Newton de Araújo Leite e**  
216 **Valter Chaves Costa.**